



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO ÁVILA E SILVA

Fls.: 629

Proc.: 1496/01

WGC
Rubrica

**VOTO
DISTRIBUÍDO**

Processo (F) n.º: 1496/01

Apensos n.ºs: 040.002.392/01 e 040.007.000/04

Origem: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

Interessado: **Benjamim Ferreira Bispo e outros**

Natureza: Tomada de Contas Anual

Ementa: Processo n.º 040.002.392/01. TCA/2000. Ordenadores de despesa do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e Fundo de Saúde do CBMDF. Despacho Singular n.º 039/05-Gab/AS. Diligência. Cumprimento insatisfatório. Reiteração.

Devolução dos apensos à origem.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Anual relativa ao exercício de 2000 dos ordenadores de despesa do Corpo de Bombeiros Militar e Fundo de Saúde do CBMDF indicados às folhas 287 e 288.

Mediante o Despacho Singular n.º 039/05-Gab/AS (fls.578/579) determinei ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar que prestasse circunstanciados esclarecimentos acerca das falhas apontadas nos itens III.1.14, III.1.1.8, III.1.1.10, III.1.1.11 e III.6.4, do Relatório de Auditoria n.º 16/02-GECET/DECON/SUAUD/SEF, enviando ao Tribunal toda a documentação comprobatória.

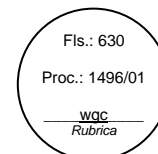
Retornam os autos com a análise procedida pela 1ª ICE, da qual destaco:

(...)

“Por meio do Ofício DP/SEPAG-075/2005 (fl. 584), o Diretor de Pessoal do CBMDF apresenta as memórias de cálculo dos valores a serem recolhidos das Senhoras Regina Maria Nunes da Paixão e Maria da Glória dos Santos. Informou que, na migração do sistema de pagamento, as parcelas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO ÁVILA E SILVA



referentes à restituição das referidas senhoras não foram alimentadas no novo sistema e que os acertos em folha de pagamento já foram efetuados.

Análise: Embora tenha a jurisdicionada apresentado as memórias de cálculo dos valores a serem recolhidos das Senhoras Regina Maria Nunes da Paixão e Maria da Glória dos Santos, a documentação encaminhada não satisfaz à diligência determinada pelo Subitem a1) do Despacho Singular nº 039/05-GAB/AS, pois, embora a jurisdicionada aponte o valor a restituir pelas referidas senhoras, e informe já ter efetuado os acertos em folha de pagamento, não foi acostada aos autos a documentação probante de tais acertos. Ademais, consoante o consignado na Informação nº 6/2005 (fl. 567), desta Divisão de Contas da 1ª ICE, deveria a jurisdicionada encaminhar à Corte todos os comprovantes de restituição dos servidores elencados às fls. 483/484, e não somente das duas servidoras.

Subitem a2)

Por meio do Ofício nº 35/2005 – SeAP/CSM (fls. 600-601), o Chefe da Seção de Administração Patrimonial – SeAP/CSM – informou que, após consultas nos arquivos da seção e nos relatórios dos inventários de 2001, 2002 e 2003, avaliou que as providências solicitadas pelo DGPAT, já haviam sido tomadas nos inventários subsequentes ao de 2000 e foi encaminhado no dia 27/08/2004, o Ofício Externo nº 073/04 – SeAP, à Diretora Geral do DGPAT, informando esta situação.

Análise: A jurisdicionada não apresentou documentação probante das providências que alega ter adotado, com vistas à regularização do Inventário Patrimonial de Bens Móveis e Semoventes – exercício 2000.

Subitem a3)

Por meio do Ofício nº 136/2005-Escov (fl. 608), o Comandante do Centro de Manutenção – CeMan – informou que o Centro de Manutenção, por meio da Escola de Condutor e Operador de Viaturas – Escov – assumiu o controle das notificações de autuações e penalidades aplicadas às viaturas do CBMDF a contar do dia 22.12.2004.

A Escov, ao assumir essa incumbência, instituiu contato com o Detran/DF e com a Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Estrada e Rodagens do Distrito Federal – JARI/DF, solicitando o cancelamento e arquivamento das notificações de autuações de infrações de trânsito aplicadas às viaturas de emergência do CBMDF quando em atendimento.

O Detran/DF, em resposta, solicitou a indicação de um servidor da Corporação para despachar diretamente com aquele órgão as questões pertinentes, sendo o chefe da Escov nomeado como representante. Em reunião entre os órgãos de segurança e o Detran/DF, foi estabelecido que em atenção ao Art. 29, item VII do CTB, que até o dia 31/03/2005 todas as multas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO ÁVILA E SILVA



expedidas em desfavor do CBMDF seriam anistiadas, o que não ocorreu até o presente momento.

Quanto ao DER/DF, não houve pronunciamento à solicitação feita.

Análise: Os esclarecimentos carecem de comprovação. Ademais, não foi comprovada a efetiva anistia das multas. Também não justificou a morosidade e delonga na adoção de medidas que visam a regularização das multas pendentes.

Subitem a4)

A jurisdicionada não se pronunciou a respeito deste subitem.

Análise: Segundo as informações do subitem anterior não houve pagamentos de multas.”

Ao final conclui a unidade técnica de instrução que as diligências ordenadas pelo Conselheiro Relator mediante o DS nº 039/05 não foram cumpridas satisfatoriamente, sugerindo sua reiteração, com o alerta à jurisdicionada de que a reincidência no descumprimento de determinação do Tribunal ensejará à aplicação da multa prevista no artigo 57, VII da LC nº 01/94.

Às sugestões ao Plenário vêm às fls. 627/628.

É o relatório.



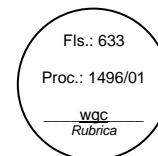
VOTO

Aprovo a manifestação do órgão instrutório e a adoto como razão de decidir, pelo que **voto** no sentido de que este Egrégio Plenário:

- I) tome conhecimento dos documentos de fls. 583/620;
- II) considere insatisfatoriamente cumpridas as diligências determinadas pelo Despacho Singular nº 039/05-Gab/AS;
- III) em consequência, reitere os termos do referido despacho, devendo a jurisdicionada juntar aos autos toda a documentação comprobatória das informações prestadas, notadamente :
 - a) subitem a1 - documentos que comprovem os acertos levados a efeito, tanto em relação às senhoras Regina Maria Nunes da Paixão e Maria da Glória dos Santos, quanto aos demais servidores elencados às fls. 483/484;
 - b) subitem a2 - documentos que comprovem as providências adotadas, em atendimento às recomendações da DGPAT, demonstrando a plena regularização das pendências apontadas nos itens 4, 5 e 6 do Relatório de Análise do Inventário Patrimonial de Bens Móveis e Semoventes nº 46/2001;
 - c) subitem a3 - documentos referentes às solicitações de cancelamento e arquivamento das multas, junto ao DETRAN e ao DER/DF, bem como documentos que comprovem a efetiva anistia das multas;
 - d) subitem a4 - comprovantes de pagamento, se for o caso, acompanhados dos respectivos esclarecimentos quanto aos motivos e condições em que se deram tais infrações.
- IV) alertar ao CBMDF que a reincidência no descumprimento de determinação deste Tribunal poderá ensejar à aplicação da penalidade prevista no artigo 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/94;
- V) autorizar o encaminhamento dos processos apensos ao jurisdicionado, com vista a possibilitar o cumprimento das diligências ordenadas no item III retro, devendo os mesmos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO ÁVILA E SILVA



serem devolvidos ao Tribunal quando do cumprimento da diligência.

Sala das Sessões, em 26 de julho de 2005.

ÁVILA E SILVA
Conselheiro

SMVC/

DIGITALIZADO